



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

TERMO DE REFERÊNCIA

1. Definição do objeto

Contratação de prestação de serviço especializado e continuado de produção audiovisual (captação e edição de imagem e áudio, vídeos, spots de áudio).

2. Fundamentação da Contratação

A contratação de prestação de serviço especializado e continuado em produção audiovisual (captação e edição de imagem e áudio, vídeos, *spots* de áudio), é necessária por diversas razões:

- **Qualidade profissional:** Um serviço especializado em produção audiovisual garante a obtenção de imagens e áudio de alta qualidade. Para tanto é necessário um serviço técnico especializado com o manejo de equipamentos adequados para captar e editar conteúdos audiovisuais com excelência. Além disso, a contratação de serviço especializado em áudio e vídeo, bem como a utilização de equipamentos propícios a sua produção, são essenciais ao planejamento e à elaboração de estratégia de comunicação e divulgação, a fim de gerar maior alcance e engajamento, fortalecendo a presença do TRE-SC na vida do cidadão e nas redes sociais.
- **Comunicação efetiva:** A produção audiovisual é uma poderosa ferramenta de comunicação. Vídeos, *spots* de áudio e transmissões ao vivo possibilitam angariar público mais amplo e envolver de forma efetiva, transmitindo mensagens de forma clara e precisa. Nessa linha, registra-se que a Justiça Eleitoral vem passando por intenso processo de valorização tanto da comunicação interna como externa. Tal valorização vem reforçando a necessidade de atuação da Instituição na divulgação dos serviços por ela prestados, seja por meio de campanhas, *releases*, matérias jornalísticas por vídeodifusão, boletins de áudio e vídeos destinados às diversas plataformas (em especial, pelas redes sociais e pelos grupos de mensagem instantânea, a exemplo do TRE-Informa).
- **Imagem institucional:** Para eventos, solenidades e sessões plenárias, é essencial transmitir uma imagem institucional sólida e profissional. A produção audiovisual de qualidade contribui para a criação de uma imagem positiva e impactante, transmitindo credibilidade e profissionalismo. Ademais, é inegável o papel relevante das redes sociais na comunicação com a sociedade e com os servidores e colaboradores da casa, dessa forma, a profissionalização das ações voltadas a esses canais, com informações qualificadas, produtos atrativos (áudios, vídeos, “*tiktoks*” etc) e linguagem adequada a cada plataforma torna-se fundamental para o aprimoramento da comunicação e da



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

imagem institucional, na divulgação dos serviços digitais e notícias relacionadas à Justiça Eleitoral de Santa Catarina.

- Preservação de momentos importantes: Eventos e solenidades são momentos únicos e relevantes, e a produção audiovisual permite registrar e preservar esses momentos de maneira duradoura. A captação de imagem e áudio profissional garante que esses momentos sejam documentados de forma especial e possam ser revividos posteriormente.
- Acesso remoto: A transmissão ao vivo em *streaming* permite que pessoas de diferentes locais tenham acesso e participem de sessões plenárias, eventos e solenidades, mesmo que estejam fisicamente distantes. Isso amplia o alcance e a participação do público, promovendo maior engajamento e transparência, fortalecendo a presença do TRE-SC na vida do cidadão.
- *Expertise* técnica: Serviços executados com alta precisão técnica na área de produção audiovisual, com técnicas atuais e atualização no uso de equipamentos complexos garantem resultados de alta qualidade essenciais para a imagem do TRE-SC.
- Eficiência e economia de recursos: Ter uma empresa que disponibilize profissionais com conhecimento específicos na produção audiovisual e responsável pelos serviços permite que o TRE-SC se concentre em suas atividades principais, sem a necessidade de investir em treinamento de equipe interna e na realização de atividades para as quais não possua *expertise* específica.

Em suma, a contratação desse serviço é um avanço na primazia do serviço público ao oferecer uma série de benefícios, incluindo qualidade profissional, comunicação efetiva, preservação de momentos importantes, acesso remoto, *expertise* técnica e economia de recursos. A atuação desses profissionais desempenha um papel fundamental na criação de conteúdo audiovisual de qualidade, ampliando a visibilidade, impacto e eficácia das ações e eventos do TRE-SC.

A contratação ora analisada se fundamenta no fato de que, atualmente, o Tribunal não dispõe, em seu quadro funcional, de cargos com atribuições específicas na área em questão. Além do mais, a contratação de serviço especializado e continuado em áudio e vídeo são essenciais ao planejamento e à elaboração de estratégia de comunicação e divulgação, a fim de gerar maior alcance e engajamento, tanto do público interno quanto do público externo, fortalecendo a presença do TRE-SC na vida do cidadão e nas redes sociais.

De mais a mais, em anos eleitorais, a demanda por serviços relacionados à produção multimídia é significativamente ampliada, o que exige a atuação de profissionais técnicos experientes, a fim de garantir o atendimento tempestivo das solicitações das diversas unidades do TRE-SC e dos cartórios eleitorais.

Isto posto, em razão da especificidade do trabalho a que se destina e a fim de adequação às demandas relacionadas ao apoio e à execução de atividades de competência da Assessoria de Comunicação Social - ASCOM, devidamente regulamentadas, torna-se imprescindível a contratação de empresa especializada.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

3. Descrição da solução

Trata-se de contratação de empresa para a prestação de serviços técnicos especializados em produção audiovisual (captação e edição de imagem e áudio, vídeos, *spots* de áudio), conforme estimativa de produtividade a seguir descrita:

PRODUTOR	ATIVIDADES PREVISTAS	Previsão Horas/Mês
Produtor Audiovisual	Operar e incrementar recursos e sistemas multimídia utilizados pelo TRE-SC	132h/mês
	Gravar, editar, distribuir e publicar os vídeos produzidos pela ASCOM	
	Filmar e produzir boletins de áudio e/ou vídeo para a ASCOM	
	Editar, publicar e gerenciar cursos e séries produzidos em vídeo e distribuídos ao TRE-SC	
	Gerenciar a Videoteca Digital da ASCOM	
	Gerenciar o canal oficial do TRE-SC no YouTube e no Flickr	
	Editar com aplicação de efeitos especiais em vídeo	
	Elaborar projeto de vinheta	
	Criar animações e padrões 2D/3D para produtos multimídia	
	Dar suporte e executar os serviços de <i>streaming</i> com gravação e transmissão de áudio e vídeo em eventos de treinamento e <i>lives</i> realizadas pelo TRE-SC	
	Deslocar-se ao interior do Estado para acompanhamento <i>in loco</i> de eventos do Tribunal como eleições suplementares, revisões de eleitorado, cadastramento biométrico ou outros, conforme solicitação da Administração, com a realização de produção multimídia para a Assessoria de Comunicação Social para publicação e divulgação à mídia em geral	
	Demanda estimada para 12 meses:	1.584 horas

TÉCNICO	ATIVIDADES PREVISTAS	Previsão Horas/Mês
---------	----------------------	-----------------------



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Técnico de áudio e vídeo	Preparar, gravar, distribuir e transmitir via intranet ou internet o áudio das sessões plenárias ordinárias e extraordinárias do TRE-SC	132h/mês
	Preparar, gravar, distribuir e transmitir via intranet ou internet o áudio dos eventos e solenidades do TRE-SC	
	Arquivar, catalogar e distribuir cópias, quando solicitado, os eventos gravados (sessões plenárias, ciclos de debates, cursos etc.) em mídias digitais	
	Dar suporte e executar os serviços de projeção, sonorização, gravação e transmissão de áudio e vídeo em eventos de treinamento, cursos e reuniões nas salas de treinamento do TRE-SC	
	Dar suporte e executar os serviços de streaming com gravação e transmissão de áudio e vídeo em eventos de treinamento e lives realizadas pelo TRE-SC	
	Indicar a manutenção preventiva e corretiva dos equipamentos de áudio e vídeo utilizados pela ASCOM	
	Deslocar-se ao interior do Estado para acompanhamento in loco de eventos do Tribunal como eleições suplementares, revisões de eleitorado, cadastramento biométrico ou outros, conforme solicitação da Administração, a fim de prestar apoio à produção audiovisual.	
	Demanda estimada para 12 meses:	1.584 horas

A partir da produtividade estabelecida, estima-se o seguinte quantitativo de profissionais para atender às necessidades do TRE-SC, de segunda a sexta-feira, no horário compreendido entre 8h e 20h, em:

- 1 (um) profissional especialista em produção audiovisual, com jornada mensal de 180 (cento e oitenta) horas;
- 1 (um) técnico de áudio e vídeo, com jornada mensal de 180 (cento e oitenta) horas.

3.1 Pacotes adicionais



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Dadas as especificidades dos serviços ora analisados, estima-se, em relação a contratação, a execução de serviços adicionais, na forma de pacotes, os quais poderão ser realizados em dias úteis, sábados, domingos e feriados e, ainda, em horários noturnos.

Esses serviços poderão ser requisitados pela unidade gestora da contratação, com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas, conforme tabela a seguir:

Item	Serviço adicional por colaborador (hora)	Estimativa de horas (mês)	Estimativa total de horas/ano
1	Serviço adicional especializado em produção audiovisual	8 (oito)	96 (noventa e seis)
2	Serviço adicional técnico em áudio e vídeo	8 (oito)	96 (noventa e seis)
Item	Serviço adicional por colaborador (diária)	Estimativa de dias (mês)	Estimativa total de dias/ano
3	Serviço adicional especializado em produção audiovisual	2 (dois)	24 (vinte e quatro)
4	Serviço adicional técnico em áudio e vídeo	2 (dois)	24 (vinte e quatro)
Item	Profissional adicional (mês)	Estimativa total de meses/ano	
5	Profissional especializado em produção audiovisual	2 (dois)	
6	Profissional técnico em áudio e vídeo	2 (dois)	
Deslocamento		Estimativa total (ano)	
7	Deslocamento	48 (quarenta e oito)	

3.1. Estudo Técnico Preliminar

Os Estudos Técnicos Preliminares encontram-se no Processo Administrativo Eletrônico (PAE) n. 1.785/2024.

3.2. Marcas e Modelos / Códigos de Referência

Não se aplica a presente contratação.

3.3. Códigos SIASG

3778 e 19658.

4. Requisitos da contratação

Contratação de prestação de serviço especializado em produção audiovisual (captação e edição de imagem e áudio, vídeos, *spots* de áudio e), conforme definições transcritas no item 3 do ETP.

Demais considerações importantes:



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- a) A Contratada deverá responsabilizar-se pelo treinamento e qualificação da equipe responsável pelo desenvolvimento e criação de projetos de audiovisual;
- b) A equipe técnica deve ser capaz de operacionalizar os equipamentos atuais e eventualmente disponíveis no TRE-SC. Ao estar apta a operar todos os equipamentos à disposição, a equipe pode identificar e resolver problemas, realizar ajustes e garantir que todos os equipamentos estejam em pleno funcionamento durante as produções (informando à Administração do TRE-SC todas e quaisquer falhas e problemas identificados). Isso contribui para a qualidade geral do serviço e evita interrupções ou falhas técnicas;

5. Modelo de execução do objeto

Considera-se unidade demandante da presente contratação:

- a) Assessoria de Comunicação Social – ASCOM (telefone (48) 3251-3395 ou correio eletrônico ascom@tre-sc.jus.br).

Sempre que necessário, o TRE-SC solicitará (mediante encaminhamento de ordem de serviço – vide modelo 3 no anexo II – enviada por correio eletrônico ou outro meio considerado eficaz), a realização dos pacotes adicionais n. 3, n. 4, n. 5, n. 6 e n. 7, devendo a Contratada atender às solicitações nas datas e horários definidos pela unidade demandante.

O TRE-SC se compromete a realizar os pedidos de prestação dos serviços sempre com antecedência mínima de 24 (vinte e quatro) horas.

5.1. Prazos

A Contratada deverá:

- a) Apresentar ao gestor da contratação os currículos simplificados dos profissionais – comprovando os perfis solicitados no item 5.1 do ETP e com as qualificações técnicas descritas no item 5.11 deste TR – em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento do contrato devidamente assinado pelo representante do TRE-SC;
- b) Aprovados os currículos pelo Gestor, em até 3 (três) dias úteis os profissionais selecionados deverão apresentar-se ao TRE-SC, na ASCOM, para iniciar suas atividades;
- c) Apresentar, na data do início da execução do contrato, documento de apresentação dos empregados, contendo a relação nominal dos colaboradores que prestarão os serviços, informando os respectivos endereços residenciais, e-mail e número de telefone;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- d) A cada reposição de profissional, em caso de desligamento ou férias, novos currículos deverão ser submetidos à análise prévia do TRE-SC em até 2 (dois) dias úteis da comunicação formal e o efetivo exercício do aprovado dar-se-á no mesmo prazo acima indicado;
- e) O profissional que for considerado ineficiente ou incompatível com o trabalho solicitado ou cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse do serviço público deverá ser substituído, no prazo de 2 (dois) dias úteis após a comunicação por parte do TRE-SC à contratada;
- f) Durante todo o período de prestação de serviços pela Contratada, o preposto irá representá-la no local de execução dos trabalhos e deverá estar acessível para imediato contato. O citado representante poderá ser partícipe da força de trabalho e será nomeado por documento formal e por escrito, cuja cópia deverá ser entregue ao Tribunal na data de início da prestação dos serviços;
e
- g) Indicar, em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento do contrato devidamente assinado pelos representantes do TRE-SC, o seu representante/contato, com o Contratante, que apontará nome completo, telefone de contato, endereço eletrônico do preposto, bem como o responsável por acompanhar toda a execução contratual.

5.2. Local de entrega ou prestação dos serviços

Os serviços ora analisados deverão ser executados preferencialmente junto à Assessoria de Comunicação Social, no edifício sede do Tribunal (Rua Esteves Júnior, n. 68, Centro, Florianópolis/SC) ou em qualquer outra localidade definida pela unidade demandante.

Horário de atuação será compreendido entre 8h e 20h, de segunda a sexta-feira. Todavia, dadas as especificidades dos serviços ora analisados, estima-se, em relação a contratação, a execução de serviços adicionais, na forma de pacotes (item 3.2 acima), os quais poderão ser realizados em dias úteis, sábados, domingos e feriados e, ainda, em horários noturnos.

Não será exigido dos colaboradores alocados na prestação de serviços o uso de uniforme, no entanto, os referidos profissionais deverão usar trajes compatíveis com as características do ambiente de trabalho e portar crachá de identificação.

Além disso, será exigido o uso de traje de passeio completo para participação de compromissos formais institucionais, tais como posses e outras solenidades, o que será previamente informado pela unidade demandante.

Eventualmente, serão solicitados deslocamentos ao interior do Estado para cobertura *in loco* de eventos da Justiça Eleitoral, com a realização de transmissão ao vivo, *em streaming*, de produção audiovisual para publicação e divulgação à mídia em geral, bem como para criação de conteúdo para os perfis oficiais nas



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

redes sociais da Instituição. Em caso de deslocamento, a prestadora de serviços arcará com todas as despesas de alimentação, hospedagem e eventuais serviços extraordinários dos seus colaboradores, bem como com os demais encargos trabalhistas incidentes sobre o traslado.

5.3. Recebimento provisório e definitivo

O acompanhamento e a fiscalização da execução deste contrato consistirão na verificação, pelo Contratante, da conformidade da execução do objeto contratado, de forma a assegurar o perfeito cumprimento pelo licitante vencedor, e serão exercidos por meio do gestor da contratação, qual seja, o servidor titular da unidade demandante (listada no item 5) ou seu substituto, em conformidade com o art. 117 da Lei n. 14.133/2021.

Ao gestor ficará assegurado o direito de:

- a) Exigir o cumprimento da prestação dos serviços especializados descritos no item 3 do ETP, bem como dos eventuais pacotes de serviços demandados (item 3.2 acima);
- b) O acompanhamento não exime o licitante vencedor de quaisquer responsabilidades sobre erros ou omissões que surgirem ou vierem a ser constatados no decorrer ou depois da execução do objeto da contratação;
- c) Quaisquer dúvidas que eventualmente surjam durante a execução do objeto deste contrato deverão ser sanadas junto à unidade demandante; e
- d) Em hipótese alguma serão aceitos documentos fiscais (encaminhados para atestação e pagamento) por esse meio de correio eletrônico.

Serão atestados:

- a) O recebimento provisório: no 1º dia útil subsequente ao término do mês a que se refere a prestação dos serviços ou do 1º dia útil subsequente à entrega do produto demandado; e
- b) O recebimento definitivo dar-se-á em até 10 (dez) dias úteis após o recebimento provisório do objeto, exceto se houver atraso motivado pela Contratada.

5.4. Pagamento

Efetivada a prestação dos serviços conforme estabelecido neste Termo de Referência, o pagamento será realizado em favor da Contratada – mediante depósito bancário e após a apresentação da Nota Fiscal/Fatura –, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis após o recebimento definitivo do objeto, desde que não haja fator impeditivo imputável à prestadora de serviço.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Os documentos fiscais para pagamento, bem como as demais informações complementares, deverão ser protocolados no TRE-SC ou encaminhados, para atestação do gestor do contrato, por meio de requerimento eletrônico (Protocolo Administrativo Eletrônico, disponível na página www.tre-sc.jus.br, ou sistema similar).

5.5. Garantia do objeto

Não se aplica a presente contratação.

5.6. Vigência da contratação

O contrato terá vigência de 1(um) ano, a partir da data da assinatura, podendo ser prorrogado até o limite decenal, nos termos do art. 107 da Lei n. 14.133, de 1º de abril de 2021.

5.7. Obrigações da Contratante

Constituem obrigações do TRE-SC:

- a) Promover, através do gestor da contratação o acompanhamento e a gestão dos serviços, sob os aspectos quantitativo e qualitativo, anotando em registro próprio as falhas detectadas, comunicando à contratada as ocorrências de quaisquer fatos que, a seu critério, exijam medidas corretivas, bem como a fiscalização do contrato;
- b) Solicitar a substituição do profissional da contratada que não estiver desempenhando suas atividades a contento, de acordo e no prazo estabelecido neste Termo de Referência; e
- c) Solicitar, quando for o caso, a regularização do cumprimento de obrigação contratual, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, excetuados os prazos específicos previstos neste Termo, sob pena de aplicação das sanções contratuais previstas contratualmente.

5.8. Obrigações da Contratada

A empresa contratada deverá:

Providenciar os currículos simplificados dos profissionais, comprovando os perfis solicitados apresentando-os ao Tribunal, na ASCOM, em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento do contrato devidamente assinado pelo representante do TRE-SC:

- a) os profissionais não poderão ser filiados a partido político;
- b) a Contratada somente efetivará a contratação dos profissionais após aprovação dos currículos pelo TRE-SC; e



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

c) disponibilizar os profissionais para início dos serviços em até 3 (três) dias úteis a contar da aprovação dos currículos pelo TRE-SC.

Iniciar a prestação dos serviços em até em até 3 (três) úteis após a aprovação dos currículos pelo Gestor.

Apresentar, na data do início da execução do contrato, documento de apresentação dos empregados, contendo a relação nominal dos empregados que prestarão os serviços, informando os respectivos endereços residenciais, com e-mail e número de telefone;

A cada reposição de profissional, em caso de desligamento ou férias, submeter novos currículos à análise prévia do TRE-SC em até 2 (dois) dias úteis da comunicação formal, sendo que o efetivo exercício do aprovado dar-se-á no mesmo prazo acima indicado.

Substituir, no prazo de 2 (dois) dias úteis após a comunicação formal por parte do TRE-SC, o profissional que for considerado ineficiente ou incompatível com o trabalho solicitado ou cuja atuação, permanência ou comportamento sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios à disciplina da repartição ou ao interesse do serviço público.

a) o mesmo prazo aplica-se ao encaminhamento de currículos para substituições de profissionais que venham a se desligar do contrato (ex. demissão a pedido, falecimento etc.);

b) a substituição do profissional somente se efetivará se aprovado o currículo do substituto pelo TRE-SC.

Responder por quaisquer danos pessoais ou materiais causados por seus empregados nos locais de trabalho;

Garantir a prestação dos serviços no intervalo fixado pela gestão do contrato para suprir a demanda aproximada;

Responsabilizar-se pelo transporte de seus empregados, por meios próprios ou mediante fornecimento de vale-transporte, para a cobertura do trajeto residência trabalho e vice-versa (inclusive quando da realização de serviço extraordinário);

Manter quadro de pessoal suficiente para atendimento dos serviços, sem interrupção, seja por motivo de férias, descanso semanal, licença, greve, falta ao serviço e demissão de empregados, que não terão em hipótese alguma qualquer relação de emprego com este Tribunal, sendo de exclusiva responsabilidade da Contratada as despesas com todos os encargos e obrigações sociais, trabalhistas e fiscais;

Indicar preposto para representá-la no local de execução dos serviços – que deverá estar acessível para imediato contato durante todo o período e será nomeado por escrito, cujo respectivo documento deverá ser entregue à Contratante na data de início da prestação dos serviços, podendo este preposto ser partícipe da força de trabalho;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Suprir toda e qualquer falta do(s) empregado(s) por outro(s) profissional(is) que atenda(m) aos requisitos técnicos exigidos neste TR;

Apresentar seus empregados, na execução dos serviços ora contratados, devidamente identificados por crachás, com fotografia recente;

Cumprir rigorosamente toda a legislação aplicável à execução dos serviços contratados, como também àqueles referentes à segurança e à medicina do trabalho;

Manter sigilo sobre todo e qualquer assunto de interesse do Contratante ou de terceiros que tomar conhecimento em razão da execução do presente objeto, dando ciência a todos do disposto na Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD e orientando seus funcionários nesse sentido;

Selecionar e preparar rigorosamente os empregados que eventualmente irão prestar os serviços, encaminhando trabalhadores com as funções profissionais legalmente registradas em suas carteiras de trabalho;

Realizar integralmente os serviços descritos neste Termo de Referência;

Executar os serviços adicionais (item 6.3 do ETP) solicitados pelo Contratante, iniciando a sua realização no prazo máximo de 1 (um) dia após o pedido;

Comprovar, sempre que solicitado pelo TRE-SC, a quitação das obrigações trabalhistas;

Promover treinamento e reciclagem do profissional que prestar serviço ao TRE-SC, de acordo com as necessidades do serviço e sempre que a gestão do contrato entender conveniente à adequada execução dos serviços:

- a) os treinamentos e reciclagens serão sugeridos pelo Contratante e custeados pela Contratada e deverão compreender os conhecimentos e habilidades para a execução dos serviços contratados;
- b) os treinamentos e reciclagens deverão observar um total mínimo de 20 horas de formação anual, sem prejuízo da continuidade da prestação do serviço;
- c) os profissionais deverão comprovar a participação nos treinamentos e reciclagens através de certificado entregue ao TRE-SC.

Alocar, no dia do início da execução do contrato, observados os prazos estabelecidos no item 5.1, a mão de obra estimada nos respectivos postos, comunicando tal fato formalmente à administração, por meio de mensagem eletrônica a ascom@tre-sc.jus.br.

O início da contagem do tempo de execução contratual para faturamento somente acontecerá após o início da prestação dos serviços, uma vez recebidos os profissionais pelo Contratante.

Indicar, em até 5 (cinco) dias úteis após o recebimento do contrato devidamente assinado pelos representantes do TRE-SC, o seu representante/contato, com o Contratante, que apontará nome completo,



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

telefone de contato, endereço eletrônico do preposto, bem como o responsável por acompanhar toda a execução contratual.

Responder por danos e desaparecimento de bens materiais e avarias que venham a ser causadas por seus empregados ao Contratante, desde que fique comprovada a respectiva responsabilidade, não se reduzindo ou excluindo essa responsabilidade em virtude do acompanhamento e fiscalização realizada pelo Contratante, de acordo com o art. 120 da Lei n. 14.133/2021.

5.9. Transferência de Conhecimento

São assegurados ao TRE-SC, com exclusividade, os direitos de propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos pela Contratada relativos ao objeto deste Termo de Referência, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, de forma permanente, sendo permitido ao Tribunal distribuir, alterar e utilizar os produtos sem limitações.

5.10. Direitos Autorais

São assegurados ao contratante, com exclusividade, os seguintes direitos:

- a) propriedade intelectual dos produtos desenvolvidos pela Contratada relativos ao objeto deste Termo de Referência, inclusive sobre as eventuais adequações e atualizações que vierem a ser realizadas, de forma permanente, sendo permitido ao Contratante distribuir, alterar e utilizar os produtos sem limitações; e
- b) direitos autorais da solução, do protótipo, do projeto, de suas especificações técnicas, do leiaute, da diagramação, da documentação produzida e congêneres, e de todos os demais produtos gerados na execução do contrato decorrente deste Termo de Referência, inclusive aqueles produzidos por terceiros subcontratados, ficando proibida a utilização pela Contratada sem autorização expressa do Contratante, sob pena de multa e sanções civis e penais cabíveis.

5.11. Qualificação técnica ou formação dos profissionais envolvidos na execução

5.11.1 Produção audiovisual:

O profissional deve apresentar a seguinte qualificação: curso de nível superior completo (Especialização em produção audiovisual – Tecnólogo; ou graduação em Comunicação, Cinema ou Artes; ou, ainda, pós-graduação em uma área mais específica, como direção, roteiro ou produção executiva), com obrigatório conhecimento dos *softwares* Adobe AfterEffects, Adobe Premiere, Microsoft Word e Excel, operações e gravações de áudio em *setup* mixer+Workstation, sonorização ambiente, sonorização em mesa de som, operação e instalação de projetores multimídia, filmagem em câmera profissional e iluminação básica;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

conhecimento de operação das principais câmeras fotográficas profissionais do mercado. Os profissionais deverão também dispor de conhecimentos em plataformas de videoconferência e transmissões por *streaming de lives*.

5.11.2 Técnico de áudio e vídeo:

Ensino médio completo comprovada na função, no desenvolvimento de serviços de apoio à produção audiovisual, além de conhecimento na utilização do pacote Adobe e de operação das principais câmeras fotográficas profissionais do mercado. Deverá também dispor de conhecimentos em plataformas de videoconferência e transmissões por *streaming de lives*.

6. Modelo de gestão do contrato

6.1. Gestor de contrato

6.1.1. Caberá ao gestor do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

- a) coordenar as atividades relacionadas à fiscalização técnica, administrativa e setorial;
- b) acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato das ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, e informar à autoridade superior aquelas que ultrapassarem a sua competência;
- c) acompanhar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, para fins de empenho de despesa e de pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
- d) coordenar a rotina de acompanhamento e de fiscalização do contrato, cujo histórico de gerenciamento deverá conter todos os registros formais da execução, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, e elaborar relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração;
- e) coordenar os atos preparatórios à instrução processual e ao envio da documentação pertinente às unidades competentes, para a formalização dos procedimentos relativos à prorrogação, à alteração, ao reequilíbrio, ao pagamento, à eventual aplicação de sanções e à extinção dos contratos, entre outros;
- f) elaborar o relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração, com as informações obtidas durante a execução do contrato;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

g) coordenar a atualização contínua do relatório de riscos durante a gestão do contrato, com apoio dos fiscais técnico, administrativo e setorial;

h) emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela Contratada, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, a constarem do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações conforme disposto em regulamento;

i) realizar o recebimento definitivo do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais; e

j) tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções.

6.1.2. Caberá ao fiscal técnico do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

a) prestar apoio técnico e operacional ao Gestor do contrato com informações pertinentes às suas competências;

b) anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados;

c) emitir notificações para a correção de rotinas ou de qualquer inexistência ou irregularidade constatada, com a definição de prazo para a correção;

d) informar ao Gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem a sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso;

e) comunicar imediatamente ao Gestor do contrato quaisquer ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas estabelecidas;

f) fiscalizar a execução do contrato para que sejam cumpridas as condições estabelecidas, de modo a assegurar os melhores resultados para a administração, com a conferência das notas fiscais e das documentações exigidas para o pagamento e, após o ateste, que certifica o recebimento provisório, encaminhar ao Gestor de contrato para ratificação;

g) comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

h) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal administrativo e com o setorial;

i) auxiliar o gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado; e

j) realizar o recebimento provisório do objeto do contrato, mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico.

6.1.3. Caberá ao fiscal administrativo do contrato e, nos seus afastamentos e seus impedimentos legais, ao seu substituto, em especial:

a) prestar apoio técnico e operacional ao gestor do contrato, com a realização das tarefas relacionadas ao controle dos prazos relacionados ao contrato e à formalização de apostilamentos e de termos aditivos, ao acompanhamento do empenho e do pagamento e ao acompanhamento de garantias e glosas;

b) verificar a manutenção das condições de habilitação da Contratada, com a solicitação dos documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário;

c) examinar a regularidade no recolhimento das contribuições fiscais, trabalhistas e previdenciárias;

d) atuar tempestivamente na solução de eventuais problemas relacionados ao descumprimento das obrigações contratuais e reportar ao Gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência;

e) participar da atualização do relatório de riscos durante a fase de gestão do contrato, em conjunto com o fiscal técnico e com o setorial; e

f) auxiliar o Gestor do contrato com as informações necessárias, na elaboração do documento comprobatório da avaliação realizada na fiscalização do cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado.

6.2. Gestão e fiscalização

	Titular ou substituto das unidades
Gestor da contratação	Assessoria de Comunicação Social
Fiscal técnico	Assessoria de Comunicação Social
Fiscais administrativos	Seção de Gerenciamento de Contratações Seção de Preparação de Pagamentos e Análise Tributária



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

6.3. Instrumentos Formais

Será firmado contrato com a empresa vencedora da licitação.

Para fins de solicitação de pacotes adicionais n. 3, n. 4, n. 5, n. 6 e n. 7 o TRE-SC valer-se-á da realização de telefonemas e de encaminhamento de ordem de serviço (vide modelo 3 do anexo II), por meio de e-mails, ou outro meio considerado eficaz, à Contratada.

Objetivando avaliação e acompanhamento dos serviços prestados a Contratada compromete-se a apresentar, ao final de cada período de referência, planilha descritiva e quantitativa de pacotes adicionais efetivamente realizados (conforme modelo 2 do anexo II).

6.4. Acompanhamento do Contrato

O acompanhamento e a fiscalização da execução deste Contrato consistem na verificação, pelo Contratante, da conformidade da prestação dos serviços. De forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, e serão exercidos por meio da titular da Assessoria de Comunicação Social, ou, na sua ausência, do seu substituto ou, na ausência destes, do seu superior hierárquico.

O gestor manterá controle gerencial acerca das quantidades de colaboradores e da prestação dos serviços, a fim de subsidiar a estimativa para as futuras contratações.

6.5. Alocação de riscos

Não se aplica a esta contratação.

7. Critérios de medição e de pagamento

Para apuração do valor a ser pago, será utilizado o Instrumento de Medição de Resultados – IMR, conforme modelo do Anexo I.

Além disso, em caso de não comparecimento de profissionais, a Contratada deverá descontar o valor proporcional na fatura respectiva, sem prejuízo da anotação no IMR, quando configurar falha excedente à tolerância estabelecida, e/ou de apuração da responsabilidade, nos termos do item 13.

O cálculo da quantia a ser paga terá como base o valor unitário dos pacotes de serviço demandados, quando se tratar de serviços adicionais, cujo montante deverá ser arrolado pela prestadora de serviços mediante apresentação de planilha de cálculo (vide modelo 2 do Anexo II), com discriminação de cada componente.

8. Reajuste ou repactuação



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

8.1. O valor contratado poderá ser repactuado, visando sua adequação aos novos preços de mercado, observado o interregno mínimo de um ano e a demonstração analítica da variação dos componentes dos custos do contrato, devidamente justificada.

8.1.1. São fatos geradores que podem ensejar a repactuação:

- a) variação dos custos com a execução do objeto, decorrente do mercado; e
- b) acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente.

8.2. No caso da primeira repactuação, o prazo mínimo de um ano a que se refere o subitem 8.1 conta-se a partir:

- a) da data limite para apresentação das propostas constantes do instrumento convocatório, em relação ao fato gerador de que trata o subitem 8.1.1, alínea “a”; ou
- b) da data do acordo, convenção ou dissídio coletivo de trabalho ou equivalente (subitem 8.1.1, alínea “b”) vigente à época da apresentação da proposta, quando a variação dos custos for decorrente da mão de obra e estiver vinculada às datas-base destes instrumentos.

8.2.1. Nas repactuações subsequentes, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que motivou a última repactuação.

8.3. O requerimento referente à repactuação deverá ser protocolado no TRE-SC pelo licitante vencedor – com os documentos comprobatórios – a partir da ocorrência do fato gerador e anteriormente à data da prorrogação contratual subsequente, sob pena de preclusão de seu direito a repactuar.

8.3.1. O requerente deverá apresentar planilhas que evidenciem analiticamente a variação dos custos, devidamente comprovada e justificada. A comprovação poderá ser feita por meio de documentos relativos à época da elaboração da proposta e do momento do pedido de repactuação.

8.3.2. O prazo para resposta ao pedido de repactuação de preços será de 1 (um) mês, contado da data do fornecimento da documentação a que se refere o subitem 8.3.

8.4. Não será admitido o repasse automático para os demais componentes da planilha de custo do percentual de majoração de salário acordado em convenção, acordo, dissídio coletivo de trabalho ou equivalente, devendo o licitante vencedor, no momento do pedido de repactuação, comprovar a variação de cada item, por meio de planilha, aberta, atualizada de seus custos.

8.5. Os efeitos financeiros da repactuação serão devidos:

- a) a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação; ou
- b) em data futura à do fato gerador, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

8.5.1. Os efeitos financeiros da repactuação deverão ocorrer exclusivamente para os itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

8.6. O item “aviso prévio trabalhado” será pago somente no primeiro ano de vigência do contrato.

9. Forma e critérios de seleção do fornecedor

9.1. Parcelamento e adjudicação

Diante da especificidade técnica dos serviços prestados, bem como do desempenho coordenado das atividades desenvolvidas, não é conveniente o parcelamento do objeto.

A justificativa para o não parcelamento se fundamenta na expectativa de que uma gestão contratual unificada permitirá um melhor controle da execução do ajuste, de forma a se atender os objetivos.

Ademais, a utilização de equipamentos de audiovisual da Instituição por colaboradores de uma única empresa responsável pela prestação de serviços pode trazer diversos benefícios e justificar sua indispensabilidade. Alguns pontos a serem considerados são:

- a) Conhecimento e familiaridade com os equipamentos: Ao possibilitar a utilização de equipamentos da casa, entre outros, estima-se que em pouco tempo a equipe tenha condições de se familiarizar com sua montagem e seu manuseio, o que tende a garantir um melhor aproveitamento das suas capacidades técnicas.
- b) Sinergia e comunicação: Ao trabalhar com uma única empresa que oferece toda a mão de obra relacionada à produção audiovisual, há uma maior sinergia e comunicação entre os profissionais envolvidos. Isso facilita o alinhamento das expectativas, a troca de informações e a coordenação de esforços para garantir um resultado final de alta qualidade.
- c) Garantia de qualidade: Ao escolher uma única empresa para disponibilizar toda a equipe de audiovisual, há uma garantia maior de qualidade e integração entre os serviços prestados. Isso contribui para um resultado final mais consistente e alinhado com as expectativas da Instituição.
- d) Flexibilidade e personalização: Ao trabalhar com uma única prestadora de serviços, é possível ter maior flexibilidade e personalização na escolha dos projetos de acordo com as necessidades específicas do evento e da Administração.

Posto isto, conclui-se pelo não parcelamento com adjudicação global, considerando que as atividades desenvolvidas pelos profissionais alocados na prestação dos serviços audiovisuais são realizadas de forma coordenada e interdependente. Além disso, adotando-se essa estratégia, garante-se a padronização e a qualidade dos diversos materiais, que podem ser produzidos para um mesmo projeto ou evento.

Por fim, a contratação de apenas uma empresa facilitará o gerenciamento do contrato pelo gestor da contratação, visto que não haverá possível interferência na execução do objeto entre diversas empresas.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

9.2. Seleção do fornecedor

A seleção do fornecedor se dará pela proposta de menor preço dentre os licitantes habilitados e classificados.

Para tanto, os proponentes deverão apresentar os seguintes valores:

1. SERVIÇOS MENSAIS DE PRODUTOR AUDIOVISUAL
2. SERVIÇOS MENSAIS DE TÉCNICO DE ÁUDIO E VÍDEO
3. PACOTE ADICIONAL DE PRODUTOR AUDIOVISUAL (HORA)
4. PACOTE ADICIONAL DE TÉCNICO DE ÁUDIO E VÍDEO (HORA)
5. PACOTE ADICIONAL DE PRODUTOR AUDIOVISUAL (DIÁRIA)
6. PACOTE ADICIONAL DE TÉCNICO DE ÁUDIO E VÍDEO (DIÁRIA)
7. PACOTE ADICIONAL DE PRODUTOR AUDIOVISUAL (MÊS)
8. PACOTE ADICIONAL DE TÉCNICO DE ÁUDIO E VÍDEO (MÊS)

Para fins de julgamento das propostas, utilizar-se-á a seguinte fórmula:

$$PF = 12 \times \text{ITEM 1} + 12 \times \text{ITEM 2} + 96 \times \text{ITEM 3} + 96 \times \text{ITEM 4} + 24 \times \text{ITEM 5} + 24 \times \text{ITEM 6} + 2 \times \text{ITEM 7} + 2 \times \text{ITEM 8}$$

Observação: os pesos atribuídos correspondem a média aritmética das quantidades estimadas anuais para cada item em ano eleitoral e ano não eleitoral.

O autor da melhor proposta deverá encaminhar, na proposta ajustada, o valor da taxa de deslocamento, limitada ao valor estimado constante da planilha de custos anexa ao edital, sob pena de desclassificação.

9.2.1. Critérios de habilitação

Em relação à Qualificação Técnica, deverá ser exigido:

- a) um ou mais atestados que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 da Lei n. 14.133/2021;

Em relação à Qualificação Econômico-Financeira, deverá ser exigido:

- a) balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, vedada sua substituição por balancetes ou balanços provisórios;
- b) certidão negativa de feitos sobre falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

c) Declaração de contratos firmados com a iniciativa privada e com a Administração Pública, vigentes na data de abertura da licitação, conforme respectivo modelo anexo ao edital licitatório;

d) Comprovação da situação financeira da empresa mediante a obtenção dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC);

d.1) Existência de Capital Circulante Líquido (CCL) ou Capital de Giro (Ativo Circulante – Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% do valor estimado para a contratação; e

d.2) Existência de Patrimônio Líquido igual ou superior a 1/12 (um doze avos) do valor total dos contratos firmados com a Administração Pública e com a iniciativa privada, vigentes na data de abertura da licitação.

e) Caso o valor total constante na declaração de que trata a alínea “c” acima apresente divergência percentual superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, em relação à receita bruta discriminada na Demonstração de Resultado do Exercício (DRE), a empresa licitante deverá acrescentar as devidas justificativas utilizando-se do respectivo modelo anexo ao edital licitatório; e

f) Comprovação de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação.

9.2.2. Critérios de preferência e de desempate

Os critérios de preferência e de desempate obedecerão à legislação em vigor, em especial a Lei Complementar n. 123/2006.

9.2.3. Modalidade de licitação e critério de julgamento

O objeto pretendido é serviço comum, oferecido por diversos prestadores no mercado, apresentando características padronizadas e usuais, o que justifica, portanto, a utilização da modalidade “Pregão” e do critério de julgamento “Menor Preço”.

10. Estimativas do valor da contratação

Tendo como base contratações similares do TRE-SC (contratos n. 13/2019 e n. 70/2021) e considerando os quantitativos listados no item 6 acima, estimam-se os custos básicos da presente contratação como sendo de R\$ 125.736.94 (cento e vinte e cinco mil e setecentos e trinta e seis reais e noventa e quatro centavos) ao ano (vide memória de cálculo juntada ao anexo I do ETP).

Se considerar, além do serviço ordinário, também os valores estimados para os pacotes de serviços adicionais (considerados em sua totalidade), o custo total estimado da manutenção da prestação de serviço será, em



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

média, de R\$ 189.494,45 (cento e oitenta e nove mil, quatrocentos e noventa e quatro reais e quarenta e cinco centavos), ao ano.

11. Alinhamento da contratação

11.1. Plano de Contratações Anual

Plano de Contratação Anual - Anexo I - Ordinário, Item 26.

11.2. Plano de Logística Sustentável

A contratação, ao garantir a criação de conteúdo audiovisual e de multimídia de qualidade, alinha-se com o Plano de Logística Sustentável do TRE-SC, em especial com os objetivos abaixo listados:

- a) reduzir o consumo de papel e de suprimentos de impressão;
- b) promover o desenvolvimento de sistemas informatizados de documentos em substituição aos documentos impressos; e
- c) promover o uso de ferramentas virtuais na gestão administrativa para melhor controle, gerenciamento e atendimento de demandas.

11.3. Outros instrumentos

A contratação prevê a melhoria na qualidade e o impulso das atividades relacionadas à produção de áudio e vídeo, subsidiando campanhas internas e externas, matérias jornalísticas, conteúdo para redes sociais, entre outros produtos relativos à atividade de multimídia, a fim de atender às demandas de serviços solicitados pelos diversos setores internos e pela Administração, especialmente na cobertura de eventos externos.

Ao proporcionar o aprimoramento de projetos e a criação de conteúdos audiovisuais exclusivos e essenciais ao desenvolvimento das atividades da ASCOM, harmoniza-se com as necessidades do negócio do Tribunal e alinha-se aos objetivos estratégicos definidos no Planejamento Estratégico 2021-2026, em especial, ao *“Fortalecimento da Relação Institucional com a Sociedade”*.

As referidas atividades traduzem-se também em uma necessidade continuada para o bom funcionamento das suas unidades, bem como para o cumprimento de forma eficiente e eficaz do Plano Anual de Comunicação e do Plano de Divulgação das Eleições.

Por fim, a produção de vídeos institucionais, educacionais e a divulgação de sessões plenárias, solenidades e eventos pelo TRE-SC permitem o alinhamento aos valores e à missão do Órgão e potencializa a eficácia da comunicação institucional, uniformizando os elementos visuais, fortalecendo a cultura organizacional e



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

criando laços que unem as equipes e promovem maior engajamento às políticas de acessibilidade, inclusão e igualdade e de combate à desinformação. Ademais, ao refinar o conteúdo audiovisual a cada portal de comunicação, conquista-se a confiança dos cidadãos e garante maior visibilidade aos serviços prestados pela Justiça Eleitoral Catarinense.

12. Adequação orçamentária

Item	Programa de Trabalho	Elementos de Despesa	Valor
26	02.122.0033.20GP.0042	3.3.90.39	R\$ 650.494,94
Total			R\$ 650.494,94

13. Descumprimento contratual e penalidades

13.1. Nos termos da Portaria P n. 39/2023, o licitante ou o contratado será responsabilizado administrativamente pelas seguintes infrações:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato;
- b) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) dar causa à inexecução total do contrato;
- d) deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
- f) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- i) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- j) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

l) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

13.2. Serão aplicadas ao responsável, pelas infrações administrativas previstas no subitem 13.1, as seguintes sanções:

a) advertência;

b) multa;

c) impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União;

d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios.

13.2.1. A sanção de advertência consiste em comunicação formal ao fornecedor que deu causa à inexecução parcial do contrato, conforme previsto na alínea “a” do subitem 13.1.

13.2.1.1. A advertência retira do fornecedor a condição de infrator primário, de modo que, em caso de reincidência, sanção mais severa poderá lhe ser aplicada, devendo ser observado o disposto no subitem 13.3.

13.2.2. A sanção de multa tem natureza pecuniária e poderá ser moratória ou compensatória, observados os seguintes termos:

a) o atraso injustificado na execução do objeto deste Termo de Referência sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (zero vírgula cinco por cento), acrescidos de 0,25% (zero vírgula vinte e cinco por cento) ao dia, a partir do segundo dia de mora, sobre o valor da parcela em atraso, e sua aplicação não dispensa a contratada do cumprimento da obrigação inadimplida;

b) a inexecução parcial do objeto sem extinção contratual sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela não executada do contrato;

c) inexecução parcial do objeto com extinção contratual sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o resultado da multiplicação do valor estimado mensal pelo número de meses restantes para o encerramento da vigência do contrato, a contar do mês do inadimplemento;

d) a inexecução total do objeto com extinção contratual sujeitará o contratado, a juízo da Administração, à multa compensatória de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado total do contrato.

13.2.2.1. A pena de multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções estabelecidas neste Termo de Referência.

13.2.2.2. Ultrapassados 30 (trinta) dias de mora, será avaliada a possibilidade de aplicação da conversão da multa de mora para a compensatória por inexecução contratual.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

13.2.2.3. A multa poderá ser aplicada em dobro se o infrator for reincidente, ou seja, se tiver sido sancionado por este Tribunal após decisão transitada em julgado, observando-se o disposto no subitem 13.3.

13.2.2.4. A aplicação de multa de mora não impedirá que a Administração a converta em compensatória e promova a extinção unilateral do contrato com a aplicação cumulada de outras sanções previstas neste Termo de Referência.

13.2.2.5. A multa aplicada será:

- a) retida cautelarmente dos pagamentos devidos pela Administração e recolhida em definitivo ao Erário, após o trânsito em julgado da decisão que a impôs;
- b) descontada de eventuais faturas pendentes de pagamento;
- c) paga pelo fornecedor por meio de GRU;
- d) descontada do valor da garantia prestada; ou
- e) cobrada judicialmente.

13.2.3. A sanção de impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, “b” a “g”, pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

- a) dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo ou dar causa à inexecução total do contrato: Prazo - 6 (seis) meses;
- b) deixar de entregar a documentação exigida para o certame: Prazo - 1 (um) mês;
- c) não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado: Prazo - 1 (um) mês;
- d) não celebrar o contrato ou a ata de registro de preços ou não aceitar ou retirar a nota de empenho ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta: Prazo - 2 (dois) meses;
- e) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado: Prazo - 2 (dois) meses.

13.2.4. A sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública Direta e Indireta da União, Estados, Distrito Federal e Municípios poderá ser aplicada pelas infrações previstas no subitem 13.1, “h” a “l”, pelos seguintes prazos, de acordo com a infração cometida:

- a) apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato: Prazo - 3 (três) anos;



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

- b) fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato: Prazo - 4 (quatro) anos;
- c) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza: Prazo - 4 (quatro) anos;
- d) praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação: Prazo - 5 (cinco) anos;
- e) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013: Prazo - 6 (seis) anos.

13.2.5. Na aplicação das sanções serão considerados:

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

13.2.6. As sanções previstas nos subitens 13.2.3 e 13.2.4 poderão ser majoradas em 10% (dez por cento) para cada agravante, até o limite legal, em razão de:

- a) restar comprovado que o responsável pela infração administrativa tenha registro de penalidade aplicada no âmbito do TRE-SC, por prática de quaisquer das condutas tipificadas no presente Termo de Referência, nos 12 (doze) meses que antecederam o fato em decorrência do qual será aplicada a penalidade;
- b) restar comprovado que o infrator tenha sido desclassificado ou inabilitado por não atender às condições do edital, quando for notória a sua impossibilidade de atendimento ao estabelecido;
- c) o licitante ou fornecedor participante da dispensa eletrônica não responder às diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo de contratação; ou
- d) restar comprovado que o fornecedor tenha prestado declaração falsa de que é beneficiário do tratamento diferenciado concedido em legislação específica.

13.2.7. As penas previstas nas alíneas “b” a “e” do subitem 13.2.3 poderão ser reduzidas em 50% (cinquenta por cento), uma única vez, após a incidência das majorações previstas no subitem 13.2.6, quando não tenha havido nenhum dano à Administração, em decorrência de qualquer das seguintes atenuantes:

- a) a conduta praticada tenha sido, desde que devidamente comprovada, decorrente de falha escusável do fornecedor;
- b) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que contenha vícios ou omissões para os quais não tenha contribuído, ou que não sejam de fácil identificação, desde que devidamente comprovado; ou



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

c) a conduta praticada seja decorrente da apresentação de documentação que não atendeu às exigências do edital, desde que reste evidenciado equívoco em seu encaminhamento.

13.2.8. Quando a ação ou omissão do responsável pela infração administrativa ensejar o enquadramento de concurso de condutas, aplicar-se-á a pena mais grave.

13.2.9. A aplicação das sanções previstas no subitem 13.2 não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública.

13.2.10. É admitida a reabilitação do licitante ou do contratado sancionado, exigidos, cumulativamente:

a) reparação integral do dano causado à Administração Pública;

b) pagamento da multa;

c) transcurso do prazo mínimo de 1 (um) ano da aplicação da penalidade, no caso de impedimento de licitar e contratar, ou de 3 (três) anos da aplicação da penalidade, no caso de declaração de inidoneidade;

d) cumprimento das condições de reabilitação definidas no ato punitivo;

e) análise jurídica prévia, com posicionamento conclusivo quanto ao cumprimento dos requisitos definidos neste artigo.

13.2.10.1. A sanção pelas infrações previstas nas alíneas “a” e “e” do subitem 13.2.4 exigirá, como condição de reabilitação do fornecedor sancionado, a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade pelo responsável.

13.3. Restará afastada a reincidência após transcorrido 1 (um) ano entre a data do trânsito em julgado da decisão que aplicou a anterior penalidade ao infrator e a data da nova infração.

13.4. O responsável pela infração será intimado para apresentação de defesa e especificação de provas que pretenda produzir, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados do recebimento da intimação.

13.4.1. Na hipótese de deferimento de pedido de produção de novas provas ou de juntada de provas julgadas indispensáveis pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, o infrator poderá apresentar alegações finais no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.

13.4.2. Serão indeferidas pela autoridade competente ou pela Comissão de Apuração de Responsabilidade, mediante decisão fundamentada, provas ilícitas, impertinentes, desnecessárias, protelatórias ou intempestivas.

13.5. A sanção estabelecida no subitem 13.2.4 é de competência do Presidente do TRE-SC.

13.6. Da aplicação das sanções previstas nos subitens 13.2.1, 13.2.2 e 13.2.3 caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

13.6.1. O recurso de que trata o subitem 13.6 será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

13.7. Da aplicação da sanção prevista no subitem 13.2.4 caberá apenas pedido de reconsideração, que deverá ser apresentado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

13.8. O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo I – Instrumento de Medição de Resultado – IMR

O preço a ser estabelecido para a realização dos serviços objeto do contrato refere-se à execução com a qualidade mínima exigida. Portanto, a execução dos serviços contratados que não atinja os níveis de qualificação mínima pretendidos importará pagamento proporcional ao realizado.

Tais ajustes visam: 1) assegurar ao Contratante o recebimento dos serviços em consonância com as metas estabelecidas no contrato; e 2) aplicar a dedução no pagamento à Contratada quando da ocorrência de falhas na execução.

Terminado o mês de prestação dos serviços, o representante do Contratante apresentará à Contratada até o dia 7 (sete) do mês seguinte o “Relatório de Serviços Verificados e Qualidade Percebida”, que conterá, no mínimo:

- Número do processo administrativo de contratação que deu origem ao contrato;
- Número do Contrato;
- Partes Contratuais;
- Síntese do objeto;
- Relação de falhas;
- Fator percentual de recebimento e remuneração dos serviços.

Nas primeiras ocorrências, o não atendimento das metas estabelecidas pelo TRE-SC poderá ser objeto apenas de notificação.

A empresa contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que só será aceita caso comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis ou previsíveis, mas de consequências incalculáveis.

1. Relação de falhas a ser utilizada como forma de mensuração dos resultados obtidos na prestação serviços especializados e continuados em produção audiovisual, inclusive na prestação dos serviços adicionais.

Os serviços objeto do contrato serão constantemente avaliados pelos representantes do Contratante, que assinalarão as falhas na “**RELAÇÃO DE FALHAS**”, conforme modelos abaixo:

1.1. Relação de falhas - Relação de falhas - Modelo (aplica-se aos serviços especializados e continuados em produção audiovisual realizados diariamente)

SERVIÇO: _____
MÊS/ANO DA VERIFICAÇÃO: ____ / ____

Total de Ocorrências:



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

RELAÇÃO DE FALHAS	
FALHA 1	Falta de zelo pelas máquinas, equipamentos e instalações do TRE-SC.
AFERIÇÃO	Condicional à verificação pela Equipe de Gestão da Contratação
OBSERVAÇÃO:	
Data da ocorrência	Descrição sintética
FALHA 2	Falha na execução do serviço relacionada ao atraso na entrega do material produzido, registrada por reclamações formais da ASCOM. O atraso será devidamente apurado e comprovado pela gestão do contrato, através dos registros de data e horário da solicitação e da entrega do material.
AFERIÇÃO	Condicional à verificação pela Equipe de Gestão da Contratação
OBSERVAÇÃO:	
Data da ocorrência	Descrição sintética
FALHA 3	Indisponibilidade parcial da prestação de serviço nos horários contratados e suplementares, decorrentes de motivos que a CONTRATADA tenha dado causa.
AFERIÇÃO	Condicional à verificação pela Equipe de Gestão da Contratação
OBSERVAÇÃO:	
Data da ocorrência	Descrição sintética
FALHA 4	Indisponibilidade total da prestação de serviço nos horários contratados e suplementares, decorrentes de motivos que a CONTRATADA tenha dado causa.
AFERIÇÃO	Condicional à verificação pela Equipe de Gestão da Contratação
OBSERVAÇÃO:	
Data da ocorrência	Descrição sintética



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

FALHA 5	Falha na execução do serviço relacionada à baixa qualidade do material produzido, registrada por reclamações formais da ASCOM. A falha será devidamente apurada e comprovada pela gestão do contrato, com o recolhimento do material.
AFERIÇÃO	Condicional à verificação pela Equipe de Gestão da Contratação
OBSERVAÇÃO:	
Data da ocorrência	Descrição sintética

Instruções de preenchimento:

- Na ocorrência de falha(s), proceder-se-á ao registro no(s) item(ns) específico(s), indicando-se sinteticamente o dia e o fato gerador.

Tabela de efeitos remuneratórios (Fator de aceitação)

Falha	1	2	3	4	5	FATOR DE ACEITAÇÃO (TOTAL DA LINHA NÚMERO CORRIGIDO)
Total de ocorrências						
Tolerância (-)	1	1	1	1	1	
Excesso de falhas (=)						
Peso (X)	6	8	6	8	8	
Número corrigido (=)						

Observação: Não serão considerados valores negativos, que deverão ser lançados na tabela com valor 0 (zero).

Instruções de preenchimento:

- As falha(s), previamente registrada(s) na “RELAÇÃO DE FALHAS”, serão contabilizadas e cada total será registrado na linha TOTAL DE OCORRÊNCIAS.
- Após, proceder-se-á às deduções relativas à “TOLERÂNCIA”, a fim de se obter os números referentes aos “EXCESSOS DE FALHAS”.
- Encontrados os EXCESSOS DE FALHAS, estes devem ser multiplicados pelo respectivo “PESO” e os produtos devem ser registrados na linha “NÚMERO CORRIGIDO”.
- Por fim, proceder-se-á à soma da linha “NÚMERO CORRIGIDO”, obtendo-se, assim, o “FATOR DE ACEITAÇÃO”.

EFEITOS REMUNERATÓRIOS relativos aos serviços especializados e continuados em produção audiovisual



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Faixa 1 – Fator de Aceitação TOTAL: 100% de avaliação dos serviços;

Faixa 2 – Fator de Aceitação de 1 a 25: 95% de avaliação dos serviços;

Faixa 3 – Fator de Aceitação de 26 a 50: 90% de avaliação dos serviços;

Faixa 4 – Fator de Aceitação de 51 a 75: 85% de avaliação dos serviços;

Faixa 5 – Fator de Aceitação de 76 a 100 ou > de 100: 80% de avaliação dos serviços e penalização conforme contrato.

Observação: A Contratada fará jus ao percentual do valor pactuado equivalente a cada uma das cinco faixas, conforme o fator de aceitação calculado de acordo com a tabela acima.



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Anexo II - Modelos de Documentos

1. Justificativa da realização de eventual serviço extraordinário (a ser preenchida pelo profissional alocado na prestação dos pacotes adicionais):

SERVIÇO EXTRAORDINÁRIO

(Mês de referência)

Nome do(a) colaborador(a): _____

Dia	Horário	Total de Horas	Descrição do serviço
1			
2			
3			
4			
5			
6			
7			
8			
9			
10			
11			
12			
13			
14			
15			
16			
17			
18			
19			
20			
21			
22			
23			
24			
25			



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

26			
27			
28			
29			
30			
31			

2. Justificativa da realização de eventuais pacotes adicionais no mês de referência (a ser preenchida pela Contratada):

PACOTES ADICIONAIS

Mês da prestação dos serviços:

Pacote	Especialidade	Nome	Quantidade	Valor Unitário do Pacote	Total Parcial
1	Produtor Audiovisual				
3	Técnico de Áudio e Vídeo				
[...]	[...]				
13	Taxa diária de deslocamento				
Total a Faturar					R\$

Modelo n. 3. Ordens de Serviços (a ser preenchida pelo Contratante):

ORDEM DE SERVIÇO n. XX/ANO

Solicito o(s) seguinte(s) serviço(s):

Pacote n. (3, 4, 5, 6 ou 7) – Descrição do pacote

Evento:

Datas:

Horário:



Tribunal Regional Eleitoral de Santa Catarina

Local:

Profissional(is):

Unidades demandante:

Observação(ões):

[Descrever observações relevantes]

Florianópolis, DIA de MÊS de ANO.

ASSINATURA

Nome do Responsável

Unidade Demandante